



Número: **0800179-42.2019.8.20.5161**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Baraúna**

Última distribuição : **22/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIONAI DA SILVA GOMES (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40990418	22/03/2019 15:05	PROCURAÇÃO	Procuração
40990424	22/03/2019 15:05	DOCUMENTAÇÃO PESSOAL 1	Documento de Identificação
40990438	22/03/2019 15:05	SINISTRO	Documento de Comprovação
41064147	22/04/2019 13:56	Despacho	Despacho
43458568	27/05/2019 20:49	Petição	Petição
44956730	21/06/2019 09:47	Juntada de carteira de trabalho	Petição
44956756	21/06/2019 09:49	Carteira de Trabalho	Petição
44956760	21/06/2019 09:49	scan 0001	Documento de Comprovação
45189915	27/06/2019 07:47	Citação	Citação

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Eliana da Silva Gomes brasileiro(a) Galvão, Aericulter portador do CPF: 094.093.044-95 residente na Rua: Neo Regino 235, Bairro: Centro, COMARCA Barauna, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Barauna -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide.. Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15/03/2018.

Contratante: Eliana da Silva Gomes

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____

P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: Elionaida Silva Gomes brasileiro(a) -
S. Altero, Agricultor, portador do RG nº 3.016.357, e do
CPF nº 091.093.044-95 residente na RUA: João Torgino
BAIRRO: Centro COMARCA Mossoró - Rio
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; EMMANUEL
SARAIVA FERREIRA OAB/RN 16928/PB podendo serem intimados na Rua
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",
para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN,
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15/03/2018.

Outorgante: Elionaida Silva Gomes.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Elionai da Silva Gomes, brasileiro(a), Solteiro, Agricultor
portador do RG n° 3.036.357 e do CPF 091093.2495 residente na
N.º Terejino, na Cidade de Boracama - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Boracama - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 15/03/2018.

Declarante: x Elionai da Silva Gomes

CP - Decreto Lei n° 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.

DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Elionai da Silva Gomes brasileiro, Solteiro
Agricultor, com CPF nº 093.093.044-95 residente na
Rua João Targino nº 235, BAIRRO: Centro,
Baraúna -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 15 / Março / 2009

Declarante: Elionai da Silva Gomes

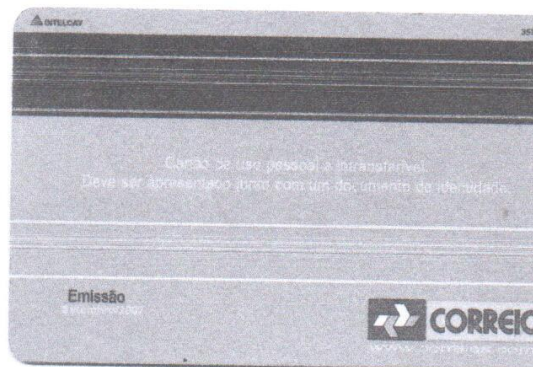
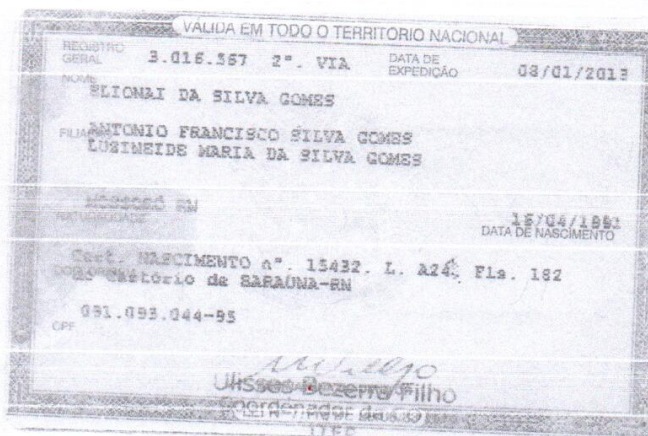
CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20655199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

RAIMUNDA MARIA DA SILVA GOMES

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA NEO TARGINO 235

CPF 045.807.154-46

CENTRO/ÁREA URBANA
BARAUNA RN
59695-000**CLASSIFICAÇÃO**B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMISSÃO
015451782	UNICA	19/11/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
19/11/2018	3011085205	2270462

CONTA/CONTRATO	MES/ANO
7010980890	11/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PRECATORIA/PRÓXIMA LEITURA
27/11/2018	18/12/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	32,81

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	59,0000000	0,50372970	29,72
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,36
Acréscimo Bandeira VERMELHA			1,24
Contrib. Ilum. Pública Municipal			1,49
TOTAL DA FATURA			
			32,81

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	Tipo DA FUNÇÃO	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
215005465	CAT	18/10/2018	2.302,00	18/11/2018	2.381,00	32	1,00000		59,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS				COMPOSIÇÃO DE CONSUMO	
Mês/Ano kWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		Geração de Energia	R\$ 13,79 44,04%
NOV 18 59						Transmissão	R\$ 1,93 6,16%
OUT 18 60						Distribuição (Cosern)	R\$ 9,15 29,21%
SET 18 61		ICMS 31,32	0,81	0,25		Perdas de Energia	R\$ 2,46 7,85%
AGO 18 47		PIS 31,32	3,74	1,17		Encargos Setoriais	R\$ 2,57 8,21%
JUL 18 48						Tributos	R\$ 1,42 4,53%
JUN 18 57						Total	R\$ 31,32 100%
MAI 18 51						TARIFAS APLICADAS	
ABR 18 50						Consumo Ativo (kWh)	0,48091000
MAR 18 59						RESERVAÇÃO FISCAL	
FEV 18 52						1FCF C5FB F4FD 47A7 E03B 524F 3AFA AE90	
JAN 18 57						INFORMAÇÕES IMPORTANTES	
DEZ 17 60						Pague no ponto mais perto de você! Para mais informações, consulte o site www.cosern.com.br	
NOV 17 55						Prestação de serviços de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br	

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEIS DE TENSÃO		
CONJUNTO BARAUNAS	VALOR APURADO 10/2018	LIMITE ANUAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
DIC	0,00	5,43	10,86	21,73	220	MÍNIMO MÁXIMO	202 231
FIC	0,00	3,30	6,60	13,20			
FIMIC	0,00	3,11	0,00	0,00			

Mossoró RN, em 18/01/2018

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO QUE NO DIA FATO: 20/10/2018
Hora: 09:04

LOCAL DO ACIDENTE: Rua: Eucaro Ribeiro, Piraíma

PROXIMO: Ronacheria Salvador

VEICULO ENVOLVIDO: luto, ANO- 2005, COR: Azul

PLACA: AMB3773 CHASSI: 2020085809 RENAVAN: 830694450
2978

COMO ACONTECEU O ACIDENTE: A vítima informa quando

se passar pela Rua acima citada, um

outro veículo a travessar a sua frente
colidindo com a vítima,

QUEM SOCORREU A VITIMA: Populares

PARA ONDE FOI SOCORRIDO: Hospital da cidade Depoimento
Maria

Nada mais a constar assino o presente termo, o fazendo ciente das sanções penais determinadas no art. 299 do CPB, assumindo toda responsabilidade sobre o teor e conteúdo das declarações ora prestadas.

_____-RN, EM ____/____/2016.

Assinatura do declarante: X Elionor dos Silva Gomes

Testesmunhas: Helena das Graças de Araújo

Testesmunhas: Francisco José de Oliveira



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JT 81488594 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 JAN 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

MOSSORÓ

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ELIQUAI PASILVA GOMES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RUA: ATAÍDES 132, S. AD. JOÃO

CIDADE / LOCALITÉ

ASSU

UF

RN

BRASIL
BRÉSIL

59630000

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
SEGURADORA LIDER

ENDEREÇO / ADRESSE
RUA DA ASSEMBLEIA DE ALVARÉZ

CEP / CODE POSTAL **20011-904** CIDADE / LOCALITÉ **RIO DE JANEIRO** UF **RJ** PAÍS / PAYS **BRASIL**

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR
01 FEV 2019
Sandra Carneiro Lopes
RG: 04.756.777-1

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR
Sandra Carneiro Lopes
RG: 04.756.777-1

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
01 FEV 2019

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
CDD 1º DE MARÇO - DR/RJ
01 FEV 2019
RIO DE JANEIRO/RJ

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIENTE / N° DOCUMENT D'IDENTIFICATION DU RECEPTEUR / ORGANISME ÉMETTEUR
8.956.534-7

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
R. Júnior
8.956.534-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 60301830 - AC SANTA LUZIA
MOSSORO - RN
CNPJ.....: 34028316758600 Ins Est.: 200530941

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: ELIONAI DA SILVA GOMES
CNPJ/CPF.....: 00000000000000

Movimento...: 25/01/2019 Hora.....: 15:54:31
Caixa.....: 90117059 Matrícula...: 86272365
Lancamento...: 034 Atendimento: 00029
Modalidade...: A Vista ID Tiquete...: 1589833105

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA NA0 COML REGI	1	14,30+
Valor do Porte(R\$)...		2,80
Cep Destino: 20011-904 (RJ)		
Peso real (G).....		51
OBJETO.....		J1814835944ER

REGISTRO A VISTA....: 5,75
AVISO DE RECEBIMENTO: 5,75

Postagem ocorrida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o servico adicional de valor declarado.

TOTAL(R\$)====> 14,30
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 14,30

Postagem ocorrida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pre-Atendimento dos Correios

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembléia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Rio de Janeiro, 08/02/2019
DPVAT/SIN - 00770/2019

Para: ELIONALDA SILVA GOMES
RUA ATAIDES, 132
CENTRO
SAO JOAO ASSU - RN
59650-000

REF: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS - PROJETO CORREIOS
SEDEX Nº JT814885944BR

Prezado(a) Senhor(a), ELIONALDA SILVA GOMES

Foram protocolados nos Correios documentos relativos ao acidente ocorrido com o(a) Sro(a). ELIONALDA SILVA GOMES, porém para que possamos efetuar o cadastramento do sinistro é necessário apresentar:

- Registro de ocorrência expedido pela autoridade policial (cópia autenticada e legível)

Estamos devolvendo todos os documentos e após a regularização da pendência, toda a documentação deverá nos ser encaminhada para o devido cadastramento e análise.

Finalizamos informando que a Seguradora Líder DPVAT encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Atenciosamente,

Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT

DSB

Anexo: conf. texto

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - PR	Nº 012388619990
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO	
VIA 1	COD. RENAVAM 850694450
RNTC 0000000000	
REGINALDO SOARES DA SILVA R. 11 DE AGOSTO, 1102 BAIRRO XAXIM 81.830-190 CURITIBA/PR	
CPF/CNPJ 062.778.549-25	PLACA AMP3173
PLACA ANTERIOR *****/PR	
CHASSI 9C2KC08105R092978	
ESPECIE TIPO PASS/MOTOCICLETA/NAO APLIC	COMBUSTIVEL GASOLINA
MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN KS	ANO FAB. ANO MOD. 2005 2005
CAP/POT/CIL OCV 149/CC	CATEGORIA PARTIC
COR PREDOMINANTE AZUL	
OBSERVAÇÕES ALEN EM FAVOR DE BANCO DIBENS S/A MOTOR: KC08E15092978	
LOCAL CURITIBA/PR	DATA 04/02/2005
CHEFE DA 1ª CIRETRAN RG: 6.865.888-8	



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA
Secretaria Municipal de Saúde

SUS - RN

FICHA DE REFERÊNCIA

Unidade de Origem: _____ Município: _____
PACIENTE: Elionai da Silva Gomes Prontuário: _____
Endereço: St. Formosa
Data de Nasc.: 16/4/91 Sexo: M ☒ F ☐ Ocupação: _____
Nome da Mãe: Maria Luzinete da Silva

DADOS CLÍNICOS

Resumo Clínico: Paciente vítima de acidente moto
com carro, apresentando dor + limitação
dos movimentos de MIE, sem
Resultado dos Exames: avulsões quísticas.

Impressão Diagnóstica: Entormento do AR 4M CID Dr. Emílio F. de L. Pereira
CRM 9613

Médico

CRM

DATA

AGENDAMENTO

Encaminhamento para a Especialidade _____
Consulta marcada para a Unidade _____ Município _____
Para o DR. _____ às _____ horas do dia _____/_____/_____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

Encaminhamento

Encaminhamento Paciente Eliana
da Silva Gomes 25 anos,
apresentando color + limitação
dos movimentos de MIE
sem outros queixas, por
melhor avaliação ortopédica.

PA: 120 x 80
SATOL: 96%
FC: 82

20/10/18
Dr. Emmanoel F. de L. Ferreira
CRM 9643

HOSPITAL FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO
Rua Expedito Alves, S/N - Moinho Novo - Baraúna/RN
Fone: (84) 3320-3920

REGIONAL
CONFORME O ORIGINAL
BOSSORO 27/12/2018
BIA
SAME / ARQUIVO

SESAF/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 28961 /2018

Admissão: 20/10/2018 09:07:55

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - VERDE

Paciente: 24977 - ELIONAI DA SILVA GOMES (37 a 6 m 4 d)

Nascimento: 16/04/1981

Natural: MOSSORO, BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 702808111212961

CPF: 09109304495

Prof.

Mãe: MARIA LUZINEIDE DA SILVA

Pai: ANTONIO FRANCISCO DA SILVA

Logradouro: FORMOSA, 32

CEP: 59695000

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: BARAUNA

Telephone: 84.91709838 84 91709838

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO

Tipo: REGULADO

Origem: AMBULANCIA OUTRO

*Empresa:

[illegible]

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 25 ANOS, SUSPEITA DE FRATURA EM MIE, QUEIXA DE DOR, EDEMA E LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO. NEGA OUTROS TRAUMAS. ESTÁVEL.

Hora: :

7) Paciente sofreu acidente de moto e apresenta
uma pequena escoriação em parte anterior da
perna em tórço médio. Juntos e tomazelo
livres. Raio-x normal.
CD = sint. + Orient.

Fabiano Dantas de Carvalho
Ortopedia e Traumatologia
TEOT: 15176
CRM/RN: 6672

Diagn. Inicial:

[illegible]

*Saída: - ☐ Decisão médica; ☐ Outro Serviço; ☐ Evasão; ☐ Óbito ☐ Interna: CID _____

Proc.

Data: / /18. **Hr:** : **Ass. Médico:** _____

*Gerado via SX por MARIA DO CARMO DE LIRA SILVA. Impresso em 20 de Outubro de 2018.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Baraúna
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAUNA - RN - CEP: 59695-000

Processo: 0800179-42.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ELIONAI DA SILVA GOMES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte autora, por seu Advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, anexar aos autos documentos comprobatórios de sua hipossuficiência para análise do pedido de Justiça Gratuita, não sendo possível a análise de tal concessão pela declaração unilateral de hipossuficiência financeira. Ressalto que em caso de isenção de pagamento do imposto de renda, tal comprovação deverá ser anexada aos autos.

Ademais, o não cumprimento da diligência acarretará o indeferimento do pedido da Justiça Gratuita ou, alternativamente, recolhê-las, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do NCPC).

Ainda, no mesmo ato intimatório, determino que a parte autora acoste aos autos cópia do Boletim de Ocorrência nos termos do exposto o artigo 5º, §1º, “a” da Lei 6.194/74.

Decorrido tal prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

Baraúna/RN, 22 de abril de 2019.

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

VAGNOS KELLY FIGUEIREDO DE MEDEIROS

Juiz de Direito em Substituição Legal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARAÚNA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo nº 0800179-42.2019.8.20.5161

Autor: Elionai da Silva Gomes

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Douto Julgador,

Elionai da Silva Gomes, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em trâmite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por seu bastante procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido por este Juízo, expor e ao final requerer o seguinte:

Em atendimento ao despacho proferido pelo Douto Juízo, esclarece a parte autora que não possui meios de anexar o "Boletim de Ocorrência", tendo em vista que o mesmo não fora confeccionado, uma vez que não compareceu nenhuma autoridade policial no local do acidente de trânsito e, pelo condutor não possuir Carteira Nacional de Habilitação, é **público e notório** que, nas Delegacias de Polícia Civil da região, as autoridades que a presidem não registram a ocorrência nesses casos.

Ademais, Excelência, insta ressaltar que a certidão de ocorrência expedida pela Polícia Civil é um documento dispensável para o requerimento do Seguro DPVAT, quando há outros documentos que comprovam o acontecimento do acidente de trânsito, como por exemplo, declaração do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, prontuário médico hospitalar, dentre outros.

Vejamos como tem se manifestado o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, ante a possibilidade de comprovação do acidente por outros meios:

DATA DO JULGAMENTO: 06/12/2016.

3ª CAMARA CIVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 2016.002265-8

ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

ADVOGADO(S): Dr. ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR (5432/RN)

APELADA: MARIA ELIANE SILVA DE SOUZA.

ADVOGADA: Dr.ª ALICE LOPES DE ALMEIDA (6563B/RN)

RELATOR: DESEMBARGADOR VIVALDO PINHEIRO.

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. MATÉRIA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, PELA FALTA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. TRANSFERÊNCIA PARA A ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL. MÉRITO: INICIAL APTA. O BOLETIM DE OCORRÊNCIA É DOCUMENTO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA PELA APELADA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO PELAS PROVAS ACOSTADAS AOS AUTOS. INDENIZAÇÃO FIXADA EM VALOR CERTO, COM OBSERVÂNCIA À DATA DO FATO. APLICABILIDADE DA LEI N.º 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES DAS LEIS N.º 11.482/2007 E LEI N.º 11.945/2009. PERÍCIA REALIZADA EM SEDE DE MUTIRÃO DPVAT QUE

ATESTA A DEBILIDADE PERMANENTE ACOMETIDA À ORA APELADA, BEM COMO A GRADAÇÃO DA INVALIDEZ PARA O CÁLCULO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 474 STJ. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.”

No seu voto, o Desembargador Dr. Vivaldo Pinheiro, referendando o v. acórdão, assim discorreu sobre outros meios de ser apreciado ante a ausência do “ boletim de ocorrência”, reportando dessa maneira:

*“... Inicialmente, reputo que não há que se falar em inépcia da inicial por falta do boletim de ocorrência e de inexistência de nexo de causalidade, pois a ausência do referido boletim não é razão para o indeferimento da inicial por inépcia, pois apesar de ser documento previsto na legislação para o recebimento da indenização na esfera administrativa, **não é requisito para a propositura da ação, sendo aceito qualquer outro meio de prova para demonstrar a ocorrência de acidente provocado por veículo automotor e a lesão dele decorrente...**”.* (Grifo Nosso)

O Doutor Desembargador, retro citado, dissipa dúvidas sobre o fato de outros documentos comprovarem ante a não juntada do boletim de ocorrência ao processo, reportando o seguinte:

“... Decerto, o boletim de ocorrência não é prova imprescindível para a procedência da indenização pelo seguro DPVAT, desde que os demais documentos anexados à peça inaugural comprovem o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão...”.

Em outro Julgado, também do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim fora proferido o seguinte acórdão:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, SUSCITADA PELA DEMANDADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. NEXO DE CAUSALIDADE. ALEGADA INÉPCIA DA INICIAL, POR AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL ANTE A POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. VESTIBULAR APTA A PROCESSAMENTO. VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS. GRADAÇÃO QUE DEVE SER OBSERVADA PARA FATOS OCORRIDOS MESMO ANTES DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008. PRECEDENTES DO STJ. TABELA EDITADA PELO CNSP/SUSEP. LEGALIDADE. RECURSO

REPETITIVO RESP 1.303.038/RS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. JURISPRUDÊNCIA DO TJRN. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA NO MULTIRÃO DPVAT. REGULARIDADE. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OMISSÃO DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. ALEGADO EQUÍVOCO. MÁ-FÉ QUE NÃO RESTOU COMPROVADA. CONDENAÇÃO AFASTADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS." (Apelação Cível n.º 2014.006728-5, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. Cláudio Santos, j. 16.12.14).”

Sobre o tema, ou seja, ausência do boletim de ocorrência, os Doutos Desembargadores deixam claro que outras provas podem perfeitamente comprovar a ocorrência do acidente, tendo a Terceira Câmara Cível do TJ/RN assim se posicionado:

Apelação Cível n° 2016.000675-7

Origem:6ª Vara Cível Não Especializada da Comarca de Natal/RN.

Apelante:Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda..

Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet. 15311/RJ

Apelado:Jorge Mário Santiago Júnior.

Advogado:LeandroAbrunhosa Ferraz. 853A/RN

Relator:Desembargador Amílcar Maia.

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL POR FALTA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO PELAS PROVAS ACOSTADAS. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DA DEBILIDADE SOFRIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ. COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE DA MÃO DIREITA. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 70% PARA O SEGUIMENTO CORPORAL AFETADO E DO PERCENTUAL DE 50% ATESTADO NA PERÍCIA REALIZADA EM JUÍZO. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE SE IMPÕE. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA A PARTIR DO EVENTO DANOSO.

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO."
(Apelação Cível n.º 2016.000675-7, 3ª Câmara Cível; Relator Desembargador Amílcar Maia Julgamento, julgado em 09/08/2016).

No v.acórdão retro citado, o Douto Relator, ao proferir o seu voto, assim reportou quanto ao fato de naquela demanda não encontrar sendo instruída com o “boletim de ocorrência”, vejamos:

“ ... Ademais, em caráter obter dictum, mesmo que o boletim de ocorrência não tivesse acostado aos autos, sua ausência não é razão para o indeferimento da inicial por inépcia, pois apesar de ser documento previsto na legislação para o recebimento da indenização na esfera administrativa, não é requisito para a propositura da ação, sendo aceito qualquer outro meio de prova para demonstrar a ocorrência de acidente provocado por veículo automotor e a lesão dele decorrente...”

Como se observa Douto Magistrado, o boletim de ocorrência poderá ser perfeitamente dispensável, quando a parte requerente fizer constar nos autos outras provas, tais como comprovante de primeiro atendimento, prontuário medico, declaração do SAMU, dentre outros meios probatórios disciplinados pela norma jurídica.

Insta ressaltar, Excelência, que no caso em tela, o autor juntou aos autos uma cópia do prontuário médico que atesta o motivo do atendimento do paciente, ora vítima (Id 40990438, página 8), aduzindo que o "**Paciente vítima de acidente de moto com carro [...]**" (Grifo nosso)

-DA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO:

A defesa da parte autora comunga com o entendimento do Douto Julgador, caso as explicações apresentadas neste ato não sejam suficientes, em especial quanto a ocorrência do acidente, entendendo que seria prudente a designação da audiência de instrução e julgamento para que Vossa Excelência possa, tomar a termo, as declarações da parte promovente, bem como, o depoimento das testemunhas que se farão presente na audiência, independente de intimação.

O art. 442, do Código de Processo Civil, estabelece:

"A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso." Em análise deste artigo pode-se concluir que a Prova Testemunhal em regra será admitida salvo as restrições em que a lei disponha em contrário."

- DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer V. Exa., seja dado prosseguimento da presente lide, sendo nomeado perito pelo Douto Juízo para que possa firmar o laudo pericial, nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, e, caso pare dúvidas ao Douto Julgador quanto a ocorrência do acidente, requer que seja designado audiência de instrução e julgamento, momento que, compromete-se desde já, apresentar as testemunhas independente de intimação, bem como, requer à V. Exa., dilação de prazo para a juntada dos documentos comprobatórios da hipossuficiência do requerente, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Baraúna – Rio Grande do Norte, em 14 de maio de 2019.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

OAB/RN nº 7469.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte.

Processo: 0800179-42.2019.8.20.5161

Elionai da Silva Gomes, devidamente qualificado na ação de cobrança, número em epígrafe, que promove em face da Seguradora Líder, em trâmite neste Juízo e respectivo cartório, vem perante V. Exa., por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, pugnar pela juntada da cópia da carteira de trabalho do requerente, conforme determinação deste Juízo.

Termos em que,

Espera o deferimento.

Baraúna - RN, aos 21 de junho de 2019

Em anexo.

16005691202

TRABALHADOR

Este é o seu Cartão de Trabalho e Previdência Social. Este documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do trabalhador, seus dependentes, elementos básicos para o conhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao tempo de serviço (CTS).

O conteúdo de registros, contendo, neste documento, e se necessário, de cartão, exemplares a conduzir a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e guardá-la, pois além do caráter registral de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos, como Trabalhador e cidadão, constitui para assegurar a seu futuro e a de seus dependentes, tendo validade também, como documento de identificação.

CONFECIONADO COM RECURSOS DO
SIN - MUNDO DE AMBAPAO TRABALHADOR.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO**
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTERA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

131.72068.64-1

NÚMERO
2131300

SERIE
002-0

IN

Fluorini da Silva Gomes

ASSINATURA DO TITULAR

POLÍCIA DEBILITADO




Num. 44956760 - Pág. 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Baraúna
Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(À)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). VAGNOS KELLY FIGUEIREDO DE MEDEIROS, MM Juiz(a) de Direito em Substituição Legal na Vara Única da Comarca de Baraúna, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código xxxxxxxxxx, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0800179-42.2019.8.20.5161

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: ELIONAI DA SILVA GOMES

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO/DECISÃO: em anexo

BARAÚNA/RN, 27 de junho de 2019.

ANA QUEZIA MORAIS DE SOUZA

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>Vara Única da Comarca de Baraúna Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000</p> <p>Processo: 0800179-42.2019.8.20.5161</p>	<p>Vara Única da Comarca de Baraúna Avenida Jerônimo Rosado, S/N, Centro, BARAÚNA - RN - CEP: 59695-000</p> <p>Processo: 0800179-42.2019.8.20.5161</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>